

ENTRE O FILOSOFAR E A HISTÓRIA DA FILOSOFIA: O OLHAR HEGELIANO SOBRE O ENSINO DA FILOSOFIA

Vânia Lisa Fischer Cossetin*

RESUMO

O debate sobre o lugar ocupado pela filosofia dentro do currículo escolar, sua especificidade, conteúdos e métodos, bem como sua relação com as demais áreas do saber, não é recente. Hegel enfrentou de frente tais questões defendendo duas posições incontornavelmente, inclusive a contrapelo da posição kantiana: a de que a disciplina de filosofia pode e deve ser ensinada, e que o seu ensino deve centrar-se na história da filosofia, inclusive como condição de possibilidade ao filosofar.

Palavras-chaves: Ensino. Filosofia. Hegel

1 INTRODUÇÃO

Apesar de Hegel ter-se mostrado sempre avesso a toda propedêutica na filosofia, exatamente por tê-la concebido sistemática e circularmente, dedicou-se à elaboração de uma obra com caráter pretensamente introdutório: a *Propedêutica filosófica*. Trata-se de uma coletânea de textos que apresentam uma espécie de síntese de seu pensamento, não propriamente com o caráter sistemático como de outras obras, mas com o empenho de orientar pedagogicamente as aulas de filosofia no Ginásio e na Universidade de Nüremberg, onde lecionou e atuou como reitor por oito anos. No final da obra, além da exposição do conteúdo programático elaborado por Hegel, encontram-se dois importantes textos em anexo: “O ensino da filosofia nos ginásios”, de 1812, e “Sobre o ensino de filosofia nas Universidades”, de 1816. O primeiro consta de um relatório destinado ao real Conselheiro Superior da Baviera, Immanuel Niethammer, e o segundo uma carta dirigida ao Conselheiro do Governo prussiano e professor, Friedrich Rayner.

* Professora de Filosofia do Departamento de Humanidades e Educação da Unijuí; Graduada em Artes e Filosofia pela Unijuí; Mestre e Doutora em Filosofia pela PUCRS. Ijuí, RS – Brasil. E-mail: vaniacossetin@gmail.com

Tais textos mostram o vigor com que o debate acerca do lugar ocupado pela filosofia no currículo escolar, sua especificidade, conteúdos e métodos, bem como sua relação com as demais áreas do saber, era encetado já naquela época. Hegel enfrentou de frente tais questões não apenas defendendo o ensino da filosofia como indispensável tanto no ensino ginásial¹ quanto no universitário, mas, a despeito de Kant, posicionando-se a favor de uma filosofia que pode e deve ser ensinada. E mais: cujo ensino deve estar centrado na história da filosofia, inclusive como condição de possibilidade para o filosofar.

2 ENTRE O ENSINO DA FILOSOFIA E O FILOSOFAR

Na época de Hegel, o curso ginásial alemão era dividido em três classes: Inferior, Média e Superior. Por ordem do Conselheiro Niethammer, para cada uma delas eram prescritos certos conteúdos a serem trabalhados. O interessante é que, já naquela época, a postura pedagógica hegeliana mostra a preocupação em se iniciar os estudos filosóficos pela abordagem de problemas e temas mais concretos, mais próximos da realidade vivencial dos educandos. Ou seja, contrariando as indicações do Conselheiro que alegava ser prioritário, na Classe Inferior, iniciar pela Lógica, Hegel propõe iniciar-se pelo Direito, avançar para a Moral e depois para a Religião, baseado no argumento de que tais doutrinas tematizam conceitos mais simples, cujos conteúdos estariam apoiados no sentimento natural dos alunos, em determinações práticas com as quais diariamente lidam: “A exigência habitual num ensino introdutório da filosofia é que se deve começar pelo existente e, a partir daí, levar a consciência para mais alto, para o pensamento” (Hegel, 1989, p. 367).

Apesar de sua importância, a preocupação hegeliana não estava voltada exclusivamente a estes ou aqueles conteúdos filosóficos e em que momento deveriam ser tratados. Ela vai muito mais além. A perspectiva de Hegel a respeito do ensino da filosofia traz consigo uma crítica à própria pedagogia de seu tempo, influenciada pela perspectiva kantiana segunda a qual não se ensina filosofia, mas se ensina a filosofar. Para Hegel, não apenas se ensina filosofia, mas o próprio exercício filosófico surgiria no percurso de tal aprendizagem, pois que filosofar sem conhecer a história e os conteúdos da filosofia seria como viajar sem chegar a conhecer as cidades, os rios, os países, os homens: “*Em primeiro lugar*, quando se conhece uma cidade e, em seguida, se chega a um rio, a outra cidade, etc., aprende-se, sem mais, deste modo, a viajar e não só se aprende, mas efetivamente já se viaja. Assim, ao chegar-se a conhecer o conteúdo da filosofia, aprende-se não só a filosofar, mas já efetivamente se filosofa” (Hegel, 1989, p. 371).

O filosofar seria inerente ao estudo dos conteúdos, temas e preocupações filosóficas, numa coincidência entre conteúdo e método. Ou seja, se o caminho para filosofar é conhecer o conteúdo da filosofia, o aprendizado deste conteúdo torna-se o próprio método do filosofar. Um método que é obviamente dialético, tanto no que diz respeito ao desdobramento desta história filosófica, quanto na articulação e estruturação dos conteúdos que a compõe e que estão aí para serem apreendidos. Na sequência, Hegel complementa:

Em *segundo lugar*, a filosofia contém os mais altos *pensamentos racionais sobre os objetos essenciais*, contém o *universal* e o *verdadeiro* dos mesmos; é de grande importância familiarizar-se com este conteúdo e *acolher na própria cabeça tais pensamentos*. O comportamento tristonho, simplesmente formal, a perene busca e vagabundagem sem conteúdo, o argumentar ou especular assistemático, têm como consequência a vacuidade de conteúdo, o vazio dos pensamentos nas cabeças, pois *nada podem* (Hegel, 1989, p. 371).

Além do inicial elogio à filosofia, o que Hegel defende é a imprescindibilidade do conteúdo ao filosofar, de modo que a mera intencionalidade ou busca sem objetivo não garante a atividade filosofante. Coisa que, segundo ele, não se faz sem o recurso à história da filosofia, quer dizer, aos saberes filosóficos já elaborados a respeito do objeto em questão. O contrário só levaria a um pensar fortuito e estéril, subjetivamente certo da possibilidade de livrar-se de todo pressuposto na atividade filosófica, justo esta história da filosofia, segundo Hegel, tão indispensável ao filosofar e que tornaria a filosofia capaz de ser ensinada e aprendida:

Em *terceiro lugar*, o procedimento no conhecimento de uma filosofia rica de conteúdo não é nenhum outro a não ser a *aprendizagem*. A filosofia deve *ensinar-se e aprender-se*, como qualquer outra ciência. O prurido infeliz de educar a *pensar por si* e para a *produção autônoma* pôs esta verdade na sombra – como se, ao aprender o que é substância, causa, ou seja o que for, *eu* não pensasse *por mim mesmo*, como se *eu* não *produzisse por mim mesmo* estas determinações no meu pensar, mas as mesmas lhe fossem arrojadas como *pedras* (...) (Hegel, 1989, p. 371).

Hegel sempre desejou dar um estatuto científico à filosofia, garantindo-lhe o mesmo valor ora atribuído às demais ciências, antes até superior. Um valor que estaria justamente nos conteúdos filosóficos, logo, naquilo que permite que a filosofia seja ensinada e aprendida. Por tal razão é que Hegel alerta para a ideia equivocada de que seria possível *pensar por si*. Não só pela impossibilidade de se poder pensar ou filosofar sem conteúdos, mas, também, porque a mera apreensão de um conceito já apontaria para um *pensar por si*, no sentido de que são elaborados e relacionados interna, individual e autonomamente. Então, uma coisa seria o

pensar por si que quer dispensar os conhecimentos e conteúdos da filosofia; outra coisa seria a filosofia como um processo que leva à autonomia do pensar.

O problema do *pensar por si*, entretanto, não permaneceu como preocupação hegeliana apenas no tocante ao ensino da filosofia no Ginásio, também na Universidade recebeu sua atenção:

Tornou-se um preconceito, não só do estudo filosófico, mas também da pedagogia – e aqui ainda mais difundido – de que o *pensar por si* se deve desenvolver e exercitar, primeiro, no sentido de que a este respeito *não depende do elemento material* e, em segundo lugar, como se a *aprendizagem fosse oposta ao pensar por si mesmo*, pois, na realidade, o pensar pode exercitar-se apenas em semelhante material, que não é produto e composição da fantasia nem de uma intuição, chama-se ela sensível ou intelectual, mas um *pensamento* e, além disso, um pensamento não pode aprender-se de nenhum outro modo a não ser que seja *pensado por si mesmo* (Hegel, 1989, p. 382).

Além de não ser possível *pensar por si* meramente, livre de todo conteúdo, para Hegel tal entendimento propõe a ideia de que a aprendizagem seria oposta ao desenvolvimento de um pensamento autônomo. Hegel defende que o pensamento só pode ocorrer com base nesses conteúdos ou materiais que são, antes de tudo, pensamento, contestando, inclusive, a crença geral de que o *pensar por si* só o é quando se diferencia completamente do pensamento dos outros: “Daí nasce, aliás, a mania de *cada um querer ter o seu próprio sistema*, e que uma ideia se considera tanto mais original e excelente quanto mais absurda e louca e, pois assim, demonstra ao máximo a originalidade e a diversidade em relação ao pensamento dos outros” (Hegel, 1989, p. 383). Hegel, aqui, está chamando atenção ao distanciamento cada vez maior entre as áreas do saber, situação por ele mesmo vivenciada em sua época. Mesmo não se opondo às especialidades, Hegel é avesso a toda tentativa de certas ciências, disciplinas ou áreas de explicar o mundo segundo uma perspectiva isolada e pretensamente inovadora. Resulta disso, segundo ele, a elaboração de explicações que, por visarem antes a originalidade que a coerência ou a verdade, se tornam até absurdas.

Ao invés de cada ciência pretender explicitar a complexidade do mundo, preocupa-se apenas em se diferenciar das demais, como se, assim, pudesse provar a sua especificidade e competência absoluta no domínio dessas explicações, inclusive prescindindo das elaborações alheias. Neste sentido, então, quando Hegel reivindica um estatuto científico à filosofia não pretende que ela se coloque como mais uma dentre as demais ciências e como estas se comporte. Seu intento é devolver à filosofia o valor que ela teria perdido naquela disputa: a universalidade:

As ciências filosóficas contêm os *verdadeiros* pensamentos *universais* dos seus objetos; são o produto resultante do trabalho do gênio pensante de todas as épocas; tais pensamentos verdadeiros ultrapassam o que um jovem não formado produz com o *seu* pensar, na mesma medida em que aquela massa de trabalho genial excede o esforço de semelhante jovem. A representação originária, peculiar, da juventude sobre os objetos essenciais é, em parte, inteiramente pobre e vazia, em parte, porém, na sua infinitamente maior parte, é *opinião, ilusão, imperfeição, incerteza, indeterminação*. Graças à aprendizagem, para o lugar dessas ilusões vem a verdade. Uma vez a cabeça cheia de pensamentos, então tem também a possibilidade de ela própria fazer avançar a ciência e de lhe conquistar uma verdadeira originalidade (...); há que orientar o estudo filosófico essencialmente para este ponto de vista a fim de assim *algo se aprender, a ignorância se afugentar, a cabeça vazia se encher com pensamentos e conteúdo e se expulsar a peculiaridade natural do pensar*, isto é, a contingência, o arbítrio e a particularidade da opinião (Hegel, 1989, p. 373).²

Deve-se ter claro que a filosofia, para Hegel, é saber *a priori*. Abrir mão disso significaria, não somente para Hegel, mas para todo o Idealismo Alemão, abandonar o saber universalíssimo, a razão ou *logos*, às ciências particulares. Por isso a sua defesa incansável da especificidade e conteúdos filosóficos, especialmente pelo destaque de que o seu estudo “(...) é igualmente uma *aprendizagem* – a aprendizagem de uma ciência *já existente*, formada. Esta é um patrimônio de conteúdo adquirido, formado, elaborado; este bem hereditário deve ser adquirido pelo indivíduo, isto é, *ser aprendido*” (Hegel, 1989, p. 373).

Hegel não admite reduzir a filosofia apenas à tarefa do filosofar. Por ter encetado a discussão e a solução de inúmeros problemas, desenvolvido métodos, elaborado e reelaborado conceitos, a filosofia se colocaria como algo vivo, existente, e um caminho a ser percorrido em meio ao qual o filosofar acontece. Não é o caso, contudo, que se deva entender o ensino da filosofia como um simples repasse de informações e conteúdos. Hegel deixa explícito que uma vez de posse desses conhecimentos já se está a filosofar e se pode, assim, colocar-se a si próprio como sujeito do conhecimento, ou seja, como aquele para o qual a mera opinião, a argumentação vazia, o apego ao saber imediato e sensível, a aposta na certeza subjetiva, vão sendo superados.

3 ENTRE AS CIÊNCIAS PARTICULARES E AS CIÊNCIAS FILOSÓFICAS: O ENSINO DA FILOSOFIA NA UNIVERSIDADE

A carta de 1816 ao Conselheiro do Governo prussiano e professor Friedrich Rayner Hegel inicia estabelecendo uma relação entre a filosofia e as demais ciências, especialmente no sentido de equipará-las segundo a *clareza* e a *profundidade* que ambas exigem para o seu ensino, bem como à distribuição horária e cumprimento das atividades de acordo com a semestralização. A sugestão hegeliana acaba apontando para o reconhecimento da disciplina de filosofia em meio à organização curricular e questionando a profundidade na abordagem de seus temas, que nem deveria ser tal a ponto de dificultar a sua apreensão e entendimento, nem ser superficial a ponto de lhe ser negada a característica profundidade.

Na sequência, Hegel explica que o desacordo entre a filosofia e as ciências particulares, na Universidade, é fruto da divisão da própria filosofia em ciências especiais. Dessa separação teria resultado tanto a perda ou privação de uma possível formação científica à filosofia, quanto o descrédito nas ciências particulares por terem continuado a pensar e operar isoladamente, incapazes de se adaptarem à proposta de aproximação e relação com a filosofia, pelo que Hegel conclui: “Vemos, pois, por um lado, *cientificidade* e ciências *sem interesse*, por outro, *interesse* sem *cientificidade*” (Hegel, 1989, p. 380). Ora, se se entende *interesse* como uma forma de reflexão sobre os objetivos e produtos da ciência nesse mundo, Hegel, então, teria encetado uma discussão inteiramente atual: a hiperespecialidade na ciência e a relativa incomunicabilidade entre suas subdivisões, particularmente, entre elas e as ciências humanas. A consequência disso é que, de um lado, as ciências particulares são acusadas de irreflexão e criticidade e, por outro, a filosofia é acusada de se entreter apenas com o pensar e, assim, afastar-se demasiadamente da realidade, mostrando-se desprovida de *cientificidade*.

Em boa medida, o problema se encontra no próprio objeto e método que as diferenciam. As ciências particulares tendem a condicionar a atividade teórica à experiência prática, a qual, em geral, é tomada como recurso à explicitação de dados fenômenos. Já a filosofia se estrutura diversamente: o próprio pensar é seu objeto, de modo que não lhe é exigida que os saberes por ela produzidos tenham aplicabilidade imediata, isto é, que sejam verificados na realidade. Os conteúdos filosóficos atuam no próprio pensar enquanto ato de filosofar. Essa é sua aplicabilidade. Assim, enquanto as ciências em geral têm por objeto um elemento exterior, sensível, fenomênico, a filosofia tem a si mesma como objeto, deixando, por isso, de ser objeto *para* o pensar.

Hegel, obviamente, tem em mente a ideia de filosofia como sistema, isto é, que o todo não se apreende sem o estudo das partes. Por isso, defende um estudo metódico, aprofundado e pormenorizado das ciências filosóficas, opondo-se às tentativas de síntese no

estudo e no ensino da filosofia. Se por um lado, então, Hegel marca a diferença entre o objeto das ciências particulares e o da filosofia, insiste em reivindicar a ela um estatuto científico, razão pela qual julga correto que o ensino de filosofia nas Universidades só pode adquirir conhecimentos determinados “(...) quando tomar um determinado curso metódico, que englobe e *ordene* o pormenor. Só nesta forma é que tal ciência, como qualquer outra, se pode ensinar” (Hegel, 1989, p. 382). Para garantir a aproximação entre filosofia e ciência, melhor dito, para que ambas possam se posicionar e dialogar de igual para igual, Hegel alega que a filosofia precisa ter objetivos, objetos e métodos determinados e distintos, primar pela clareza e pela objetividade. Só assim ela poderá ser, como as outras ciências, ensinada e aprendida. Isto explica a advertência hegeliana à incomunicabilidade na filosofia:

A filosofia obtém tanto mais a capacidade de ser ensinada, mediante a sua determinidade, quanto mais ela pode assim tornar-se *evidente, comunicável e capaz* de se tornar um *bem comum*. Assim como ela, por um lado, quer ser estudada especialmente e não é um bem comum por natureza em virtude de cada homem em geral ter razão, assim, também a sua universal comunicabilidade lhe tira a aparência, que entre outras também obteve em tempos recentes, de ser uma *idiosincrasia* de algumas cabeças transcendentais, e torna-se, em conformidade com a sua verdadeira posição, a *segunda* em relação à *filologia*, enquanto *primeira ciência propedêutica* para uma profissão (Hegel, 1989, p. 383).

Se, por um lado, Hegel defende a possibilidade de a filosofia ser acessível a todos, indiscriminadamente; por outro, destaca a necessidade de aprofundamento do estudo filosófico, numa advertência à ideia segunda a qual o filosofar é uma disposição natural. Assim, a democratização da filosofia estaria justamente na sua capacidade de ser ensinada e aprendida e não numa inclinação por determinação inata. Diante disso, portanto, Hegel só poderia exigir da filosofia a comunicabilidade, a qual, para ele, não é sinônimo de simplicidade, tampouco de um privilégio concedido a alguns poucos portadores de extraordinária habilidade intelectual, mas como algo acessível a todos.

4 PENSANDO COM HEGEL...

Fica como proposta hegeliana e a partir dela um questionamento: como pensar o estatuto e o ensino da filosofia, hoje, diante da diversidade em expansão das demais disciplinas que compõem o currículo escolar, ainda mais quando sua justificação é sempre exigida onde quer que ela se apresente?

No fundo as iniciais intenções hegelianas acabaram encontrando respaldo contemporaneamente à medida que a disciplina de Filosofia passou a receber um estatuto disciplinar na nova organização curricular do Ensino Médio. Sua obrigatoriedade, inclusive, chegou a contrariar algumas posições favoráveis à ideia de que se ensina apenas a filosofar e não filosofia, razão pela qual a sua configuração disciplinar chegou a ser compreendida como algo inteiramente irrelevante. Pensando com Hegel, contudo, isso seria o mesmo que liberar a filosofia de toda e qualquer especificidade e objetividade. E mais, livrá-la da pergunta sempre a ser recolocada e que lhe é inerente: o que é mesmo filosofia?

Obviamente que as respostas a estas e outras tantas perguntas não podem ser buscadas unicamente nos escritos pedagógicos hegelianos. O instigante, porém, está em pensar como um problema aparentemente tão distante do sistema de filosofia desenvolvido por Hegel, tal como a atividade docente, chegou a tomar a atenção de um filósofo idealista do seu porte em pleno século XIX, inclusive chegando aos dias de hoje sem ter recebido uma solução satisfatória. E mais, um problema que ele apresentou como impossível de ser pensado apartado da pergunta sobre o estatuto da filosofia, logo, de sua própria justificação.

ABSTRACT

The debate about the place of Philosophy in the school curriculum, its specificities, contents and methods, as well as its relation to the other areas of knowledge, is not recent. Hegel faced these issues head-on strongly defending two positions, including against Kantian position, which are: the subject of philosophy can and must be taught, and that its teaching must focus on the history of philosophy, mainly as a condition to the possibility of philosophizing.

Keywords: Teaching. Philosophy. Hegel

¹ O que, atualmente, poderia ser compreendido como o Ensino Médio.

² Ao especificar ao Conselheiro Niethammer sobre a divisão da *Enciclopédia*, Hegel escreve: “Nada mais pode conter do que o *conteúdo universal* da *filosofia*, a saber, os conceitos fundamentais e princípios das suas ciências particulares, de que enumero as três principais: 1. a *Lógica*, 2. a Filosofia da *Natureza*, 3. a Filosofia do *Espírito*. Todas as outras ciências, que se devem considerar como não filosóficas, entram de fato nestas, segundo os seus princípios, e só segundo estes princípios se devem considerar na Enciclopédia, porque esta é filosófica” (1898, p. 369). Portanto, os princípios fundamentais de toda e qualquer ciência particular encontram-se, para Hegel, na filosofia.

REFERÊNCIAS

HEGEL, G.W.F. *Propedêutica filosófica*. Tradução Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1989.